

União ajudará estados a pagarem as dívidas

- 3 OUT 1993

JORNAL DE BRASÍLIA

Publicação

Os ministros da Fazenda, Pedro Malan, e do Planejamento, José Serra, apresentam hoje no Senado suas propostas para renegociar as dívidas estaduais, entre elas um alívio aos devedores dos bancos oficiais: O Governo Federal propõe reinvestir nos estados — em programas como o de habitação e saneamento — metade do que eles pagarem à União. A fórmula em negociação pelos ministros da Casa Civil, Clóvis Carvalho, e do Planejamento, José Serra, é uma tentativa de evitar que o Senado reduza — de 11% para 9% — a parcela da receita estadual

obrigatoriamente destinada ao pagamento da dívida.

A redução dos pagamento mínimo prejudicaria principalmente os credores diretos do governos estaduais, como a Caixa Econômica Federal. O primeiro programa atingido seria de financiamento da casa própria pela CEF, que prevê a aplicação de R\$ 1,5 bilhão em habitação até o final do próximo ano.

O secretário do Tesouro Nacional, Murilo Portugal, disse ao senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), relator dos projetos do Senado que alteram a forma de paga-

mento, que a redução da parcela mínima de pagamento de 11% para 9% baixaria de R\$ 1,5 bilhão para R\$ 700 milhões os recursos do FGTS disponíveis para financiamentos de habitações populares e para a classe média baixa.

Para não alterar a lei que trata da renegociação das dívidas, em vigor desde o início do ano passado, o Governo Federal propõe ainda emprestar dinheiro aos estados sem caixa para pagar salários atrasados dos funcionários públicos. Seriam necessários cerca de R\$ 500 milhões somente para co-

locar em dia as folhas de pagamento do Mato Grosso e de Alagoas. Incluído nesta conta o dinheiro que alguns estados necessitam para cobrir os adiantamentos de Receitas Orçamentárias (ARO) poderá passar de R\$ 1 bilhão os recursos da União que serão colocados à disposição para refinanciar os estados, informou o senador Bezerra.

Na próxima segunda-feira, dia 9, Bezerra terá uma reunião com os secretários de Planejamento de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul sobre a dívida mobiliária (em

títulos negociados no mercado financeiro). O Senado tem aprovado todas as “rolagens” desta dívida mas despesas com juros cresce mensalmente. Caberá aos quatro estados com maior volume de dívida mobiliária fazer uma proposta para solucionar este problema. “Vamos ver qual a proposta do triângulo das Bermudas” disse Bezerra, referindo-se aos governos tucanos de São Paulo, Rio e Minas Gerais. No dia 10, terça-feira, haverá uma audiência da comissão com todos os governadores, a última reunião antes da votação do relatório de Bezerra.